

Primeiro Relatório Descritivo - Plano de Ação das Atividades do Grupo de Trabalho do Pacto Nacional pela Sustentabilidade no Poder Judiciário

1. INTRODUÇÃO

Este relatório descreve as atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho do Pacto Nacional pela Sustentabilidade no Poder Judiciário, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA), durante o exercício de 2025. O referido Grupo foi instituído pela Portaria nº 207, de 17 de março de 2025, com a finalidade de implementar ações integrantes do Pacto Nacional pela Sustentabilidade, bem como sugerir e administrar outras iniciativas alinhadas aos eixos ESG: Ambiental (Environmental), Social (Social) e Governança (Governance).

O objetivo deste relatório é apresentar, de forma detalhada e sistematizada, o andamento e os resultados das ações implementadas, possibilitando o acompanhamento, a avaliação e a transparência das iniciativas realizadas, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela mencionada Portaria e com os princípios dos eixos ESG.

2. METODOLOGIA

As atividades foram organizadas conforme as seguintes fases:

- **Fase de Planejamento:** Maio a Junho de 2025.
- **Fase de Implementação:** Julho a Novembro de 2025, com previsão de que todos os projetos estejam prontos já em julho.
- **Fase de Monitoramento:** De caráter contínuo, com elaboração e apresentação de relatórios parciais.
- **Relatório Final Anual:** A ser entregue até o último dia útil de novembro de 2025.

3. DESENVOLVIMENTO/ANÁLISE

As etapas de trabalho foram estruturadas de forma sequencial e organizadas, conforme descrito a seguir:

O levantamento de ações já em andamento no TRE-BA em cada eixo teve início no dia 1º de abril de 2025, durante a primeira reunião da COMISS3339, e prosseguiu até maio de 2025, culminando na elaboração deste Plano de Ação.

A escolha das ações, com vistas à elaboração do projeto em cada eixo, ocorreu entre 1º de abril e 29 de maio de 2025, sendo realizada pela COMISS3339 no decorrer da 1ª, 2ª e 3ª reuniões do Grupo de Trabalho. As ações selecionadas foram: no eixo

Ambiental, a implementação do Programa Carbono Zero e a promoção da Educação Ambiental; no eixo Social, a adoção do Programa Transformação, a inclusão de grupos sub-representados ou vulneráveis e a aplicação de medidas de acessibilidade; e, no eixo Governança, o fortalecimento de Dados Abertos, a promoção da transparência dos julgamentos no plenário virtual e a ampliação da informação à sociedade.

Em seguida, houve a descrição das ações escolhidas, atividade que ficou sob a responsabilidade das unidades envolvidas, as quais descreveram as ações com base em suas respectivas competências e áreas de atuação. As unidades responsáveis descreveram as ações escolhidas conforme suas competências. No **eixo Ambiental**, destacam-se: inventário de emissões de GEEs; medidas de redução e compensação das emissões; e promoção de curso sobre educação ambiental. No **eixo Social**, incluem-se: reserva de vagas para mulheres vulneráveis; iniciativas para inclusão de grupos sub-representados; e fortalecimento da acessibilidade. No **eixo Governança**, contemplam-se: aperfeiçoamento do portal de dados abertos; melhoria dos sistemas eletrônicos de julgamento; e criação de boletim informativo sobre julgamentos relevantes em linguagem acessível.

Posteriormente, será realizada a verificação da possibilidade de propor alterações nas ações escolhidas, com o objetivo de avaliar a necessidade de inovar, reforçar ou criar novas iniciativas, conforme as demandas identificadas.

A elaboração dos objetivos específicos de cada ação, considerando, entre outros instrumentos, o Plano de Logística Sustentável (PLS) e o Plano de Descarbonização, além de outras diretrizes institucionais, foi realizada pelas unidades responsáveis por cada eixo. Posteriormente o Grupo de Trabalho analisará todos os objetivos específicos de cada ação.

A definição de metas para as ações escolhidas em cada eixo foi igualmente realizada pelas respectivas unidades, estabelecendo parâmetros claros para o acompanhamento e a avaliação das ações. Posteriormente o Grupo de Trabalho também analisará as metas definidas para cada ação.

A realização de reuniões para apresentação das informações obtidas ao Grupo de Trabalho ocorreu presencialmente entre 1º de abril de 2025, data da primeira reunião, e 27 de maio de 2025, ocasião da terceira reunião. Além dos encontros presenciais, a comunicação foi mantida por e-mail e WhatsApp, garantindo a fluidez das discussões e decisões.

O encaminhamento do Plano de Ação das Atividades da COMISS3339 para a ASGEP foi formalizado no dia 5 de junho de 2025, dentro do prazo estabelecido.

Foi realizada a consolidação das informações e resultados para apresentação à Presidência, com a entrega do 1º Relatório no dia 6 de junho de 2025, cumprindo-se o prazo previsto, sem necessidade de prorrogação.

Em sequência, será realizada a elaboração do Plano Geral de Projetos (PGP), que incluirá uma avaliação de riscos, sendo elaborada após a formalização da abertura do projeto.

Após a elaboração, ocorrerá a validação do projeto pelas unidades impactadas, etapa necessária antes de seu encaminhamento à SEGOVE para revisão e validação.

Concluída a análise pela SEGOVE, o PGP poderá sofrer ajustes, os quais serão realizados conforme as recomendações emitidas.

Na sequência, será realizada a aprovação formal do PGP, etapa indispensável para que seja iniciado o processo de execução do projeto, bem como o seu monitoramento e controle, que terá caráter contínuo.

O 2º Relatório, consolidando as informações relativas à execução até novembro, será apresentado no dia 7 de novembro de 2025, respeitando-se, mais uma vez, o prazo previsto, sem necessidade de prorrogação.

Por fim, será realizada uma reunião para elaboração do Plano de Ação referente ao exercício de 2026, prevista para dezembro de 2025, após a entrega do 2º Relatório, com a data exata a ser definida oportunamente.

4. CONCLUSÃO

O Plano de Ação das Atividades do Grupo de Trabalho do Pacto Nacional pela Sustentabilidade no Poder Judiciário no âmbito do TRE-BA foi elaborado com base em um processo participativo e colaborativo, envolvendo reuniões periódicas, levantamento minucioso das ações já em andamento e definição clara de objetivos e metas. O planejamento e a organização das etapas permitiram o alinhamento das atividades institucionais com as diretrizes do Pacto Nacional pela Sustentabilidade, promovendo o fortalecimento dos eixos ESG.

Destaca-se o comprometimento das unidades responsáveis, que participaram ativamente da escolha, descrição e definição das metas para cada uma das ações previstas, demonstrando o engajamento institucional com as questões socioambientais e de governança.

As próximas etapas incluem a formalização do Plano Geral de Projetos, a sua validação pelas unidades impactadas, o envio para a SEGOVE e, após aprovação, a execução, monitoramento e avaliação das ações implementadas.